



Revista Base (Administração e Contabilidade)
da UNISINOS

E-ISSN: 1984-8196

cd@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

BOFF, MARINES LUCIA; BEUREN, ILSE MARIA; HEIN, NELSON
INFORMAÇÕES RECOMENDADAS PELO PARECER DE ORIENTAÇÃO N. 15/87 DA CVM NO
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS FAMILIARES DE CAPITAL ABERTO
Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS, vol. 6, núm. 3, septiembre-octubre,
2009, pp. 247-257
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337228639006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

INFORMAÇÕES RECOMENDADAS PELO PARECER DE ORIENTAÇÃO N. 15/87 DA CVM NO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS FAMILIARES DE CAPITAL ABERTO

*RECOMMENDED INFORMATION FOR ORIENTATION DIRECTIVE NO. 15/87 OF THE CVM IN ADMINISTRATIVE
REPORTS OF FAMILY RUN COMPANIES OF PUBLIC CAPITAL*

MARINES LUCIA BOFF
marinesboff@hotmail.com
ILSE MARIA BEUREN
ilse@furb.br
NELSON HEIN
hein@furb.br

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar se as empresas familiares de capital aberto evidenciaram as informações relacionadas aos recursos humanos e à proteção do meio ambiente, recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM, nos Relatórios da Administração, no período de 1997 a 2006. A pesquisa se caracteriza como descritiva, é realizada por meio de análise documental e estudo longitudinal, com abordagem quali-quantitativa. Das 21 empresas familiares de capital aberto identificadas na lista das classificadas pela Revista Exame – 500 Melhores e Maiores em 2006, selecionaram-se as 16 que publicaram, ao longo dos dez anos, os relatórios da administração nos sites da CVM ou da Bovespa. Os resultados indicam que todas as empresas pesquisadas alteraram a evidenciação das informações focalizadas no período analisado, com destaque ao período de 1999 a 2001, em que mais alterações foram constatadas. Considerando-se todos os anos pesquisados, verificou-se que poucas empresas fizeram alterações no sentido de melhorar as informações relativas aos recursos humanos e à proteção do meio ambiente. Concluiu-se que as 16 empresas familiares de capital aberto não adaptaram, no Relatório da Administração, a evidenciação das informações inerentes aos recursos humanos e à proteção do meio ambiente, conforme recomenda o Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM.

Palavras-chave: informações recomendadas, parecer de orientação n. 15/87, empresas familiares.

ABSTRACT

This research aims to verify whether publicly held family companies show in their Management Reports information on human resources and environmental protection as recommended by the Guidance Directive no. 15/87 of the CVM from 1997 to 2006. This research is descriptive and it was carried out through a documental analysis and longitudinal study based on a qualitative and quantitative approach. Of the 21 family-run companies with public capital identified in the list of companies classified by *Exame* magazine – the 500 Best and Biggest of 2006, 16 were selected that published administrative reports over 10 years on either the administration sites of CVM or Bovespa. The results indicate that the researched companies changed the disclosure of the focused information in this period, with emphasis on the period

from 1999 to 2001, during which more changes were observed. Considering all the years analyzed, it was verified that few companies made changes to improve their information on human resources and the environmental protection. It was concluded that the 16 family-run companies of public capital failed to bring in the Management Report the disclosure of information on human resources and environmental protection, as recommended by the Guidance Directive n. 15/87 of the CVM.

Key words: recommended information, guidance directive no. 15/87, family-run companies.

INTRODUÇÃO

A contabilidade tem como principal função prover informações de suporte às decisões de seus usuários. Para cumprir essa função, são gerados e disponibilizados relatórios contábeis, elaborados a partir de dados que têm origem nos negócios da empresa. Sua finalidade principal é evidenciar as informações de natureza quantitativa e qualitativa aos seus usuários, de maneira objetiva, tempestiva, fidedigna e completa.

Se, por um lado, os relatórios contábeis têm o encargo de evidenciar informações econômico-financeiras, destacando a capacidade lucrativa e financeira das empresas, por outro, esses podem evidenciar informações relacionadas ao envolvimento e posicionamento da administração perante o meio ambiente, aos recursos humanos e à sociedade em que está inserida.

A contabilidade, portanto, deve demonstrar tais informações como inerentes às atividades da empresa. Ferreira (2003, p. 7) ressalta a importância da atividade contábil, ao afirmar que "a abordagem social da contabilidade obriga-a a participar ativamente da pesquisa sobre como informar os eventos realizados pelas organizações que podem afetar o meio ambiente e, concomitantemente, cuidar da mensuração desses eventos".

Nesse sentido, De Luca (1998, p. 19) destaca que, "fornecer informações à sociedade sobre a utilização de recursos humanos, naturais, financeiros, tecnológicos e outros que pertencem à própria sociedade [...] é o mínimo que as empresas devem fazer para merecer o respeito e a credibilidade necessários a continuidade de suas operações".

Para concretizar essa tarefa, a administração tem à sua disposição o Relatório da Administração, legalmente amparado pela Lei das Sociedades por Ações, Lei n. 6.404/76 (Brasil, 1976), assim como pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em seu Parecer de Orientação n. 15/87, de 28 de dezembro de 1987, com o objetivo de evidenciar quanto e como a empresa está se relacionando com os aspectos ambientais, sociais e humanos, para a sociedade onde atua.

A CVM divulgou este documento visando orientar as companhias abertas e os auditores independentes na elaboração e publicação das Demonstrações Contábeis, do Relatório da Administração e do Parecer de Auditoria, relativos aos

exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987. As alíneas "(c) recursos humanos" e "(g) proteção do meio ambiente", ambas recomendadas no referido Parecer, são o foco deste estudo.

O objetivo desta pesquisa é verificar se as empresas familiares de capital aberto evidenciaram nos Relatórios da Administração, no período de 1997 a 2006, as informações relacionadas aos recursos humanos e à proteção do meio ambiente recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM. Em vista do objetivo proposto, este estudo apresenta características descritivas, realizado por meio de análise documental e estudo longitudinal, com abordagem qualitativa e quantitativa dos dados.

O foco deste trabalho são empresas familiares, cuja constituição, comumente, tem origem num núcleo familiar, com o propósito primeiro de satisfazer as necessidades financeiras e a satisfação pessoal dos fundadores. Mais adiante, já consolidadas e profissionalizadas, tais empresas promovem a expansão de suas atividades mediante a utilização de recursos oriundos de outras fontes. Isso as obriga a abrir o capital para outros sócios, fato que pode levar à negociação de suas ações no mercado de capitais, transformando-as em empresas de capital aberto.

Ainda que o Relatório da Administração seja compulsório às empresas registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sua elaboração é relativamente flexibilizada. Os gestores podem interferir na qualidade e quantidade das informações disponibilizadas. Nesse sentido, este estudo se justifica, uma vez que propõe conhecer o nível de aderência e comprometimento das empresas familiares de capital aberto ao Parecer de Orientação n. 15/87, particularmente no que se refere à evidenciação, no Relatório da Administração, das informações relacionadas aos recursos humanos e à proteção do meio ambiente.

O artigo está estruturado nos seguintes tópicos: o primeiro é esta introdução. Na sequência, analisa o Parecer de Orientação n. 15/87, no que concerne ao significado de evidenciação e da gestão de empresas familiares. Em seguida, explana o método e os procedimentos utilizados no estudo. Após, faz a descrição e análise dos dados da pesquisa e apresenta as conclusões do estudo realizado.

PARECER DE ORIENTAÇÃO N. 15/87

A Lei das Sociedades por Ações, Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, art. 133, prevê a elaboração e apresentação do Relatório da Administração, ao final de cada exercício, com informações relativas aos negócios da empresa e aos principais fatos administrativos. Estabelece que a administração tem o encargo de evidenciar, no Relatório da Administração, fatos relativos à aquisição de debêntures de sua emissão (art. 55, § 2º); sua política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos (art. 133, § 5º); os investimentos da empresa em sociedades coligadas e controladas, bem como suas modificações no decorrer do exercício (art. 243).

Visando subsidiar a Lei n. 6.404/76, no mesmo ano, foi promulgada a Lei da Criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Lei n. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, a qual dá competência à CVM de estabelecer normas sobre o Relatório da Administração, sem desconsiderar, no entanto, os itens previstos na Lei n. 6.404/76.

Assim, por meio do Parecer de Orientação n. 15, de 28 de dezembro de 1987, a CVM se pronunciou, pela primeira vez, sobre os procedimentos a serem observados pelas companhias abertas e pelos auditores independentes na elaboração e publicação das Demonstrações Contábeis, do Relatório da Administração e do Parecer de Auditoria, relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987.

O Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM menciona que o Relatório da Administração é peça integrante e complementar das demonstrações contábeis e notas explicativas "formando um quadro completo das posturas e do desempenho da administração na gestão e alocação dos recursos que encontram-se a ela confiados".

Além dos itens previstos na Lei n. 6.404/76, que devem constar no Relatório da Administração, a CVM, por meio de seu Parecer de Orientação n. 15/87, recomenda que a administração disponibilize informações adicionais. A título de recomendação e exemplo a CVM (1987) aponta vários itens que constituem informações relevantes de evidenciação, mas citam-se a seguir apenas dois que dizem respeito ao presente estudo:

[...]

(c) recursos humanos - número de empregados no término dos dois últimos exercícios e "turnover" nos dois últimos anos, segmentação da mão de obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais;

[...]

(g) proteção do meio ambiente - descrição e objetivo dos investimentos efetuados e, montante aplicado;

[...].

Portanto, o Relatório da Administração, elaborado e disposto de acordo com as recomendações da Lei n. 6.404/76 e da

CVM, engloba informações de âmbito financeiro, econômico, social, de investimentos, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e meio ambiente, além de informações preditivas inerentes à empresa, aos seus interessados.

Dalmácio e Paulo (2004, p. 7) mencionam que o "Relatório da Administração permite a evidenciação de informações sociais e os índices econômico-financeiros, maximizando as informações geradas pela empresa e atendendo aos interesses dos usuários externos". Silva *et al.* (2004, p. 2) ressaltam que "este relatório, por ser menos técnico e mais descritivo que os outros documentos, têm um forte poder de comunicação, podendo prestar conta dos atos praticados e apresentar expectativas sobre desempenhos futuros".

Entretanto, é necessário que as informações divulgadas no Relatório da Administração, segundo Dalmácio e Paulo (2004, p. 15), "não sejam tratadas como propagandas da empresa, sem veracidade e com a incidência de viés. É primordial que o relatório seja utilizado com ética, responsabilidade e transparência pelos profissionais de contabilidade".

Apesar de o Relatório da Administração estar previsto na Lei n. 6.404/76, a qual orienta itens necessários à sua elaboração, ele é ainda um dos textos mais flexíveis do conjunto das demonstrações contábeis, obrigatórias às empresas de capital aberto. Isso ocorre pela sua característica qualitativa, que se propõe a facilitar a compreensão da mensagem da empresa ao público interno e externo. Nessa ótica, a administração elabora o conteúdo do Relatório da Administração de acordo com a Lei e com a extensão e profundidade que achar pertinentes aos seus negócios.

SIGNIFICADO DE EVIDENCIAÇÃO

Evidenciação, para Aquino e Santana (1992, p. 1), "significa divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado". Vieira (2006, p. 16) destaca que "com uma correta divulgação, os agentes interessados na empresa terão instrumentos para análise, acompanhamento e comparação do desempenho social da organização, além de sua situação econômica, financeira e patrimonial".

Dantas *et al.* (2004, p. 2) mencionam que a evidenciação "não significa apenas divulgar, mas divulgar com qualidade, oportunidade e clareza". Para alcançar a transparência pretendida com a evidenciação, a empresa deve divulgar informações qualitativas e quantitativas que possibilitem aos usuários compreenderem tanto as atividades desenvolvidas quanto a mitigação de seus riscos, observando aspectos de tempestividade, detalhamento e relevância necessários.

Rover *et al.* (2005, p. 6) citam que "o tipo de *disclosure* pode ser definido como a maneira pela qual a informação é apresentada nos relatórios". Assim, a evidenciação contábil, seja ela de natureza quantitativa ou qualitativa, se apresenta com objetivos e maneiras predefinidas, que variam de acordo com as necessidades do emissor e do receptor.

As mudanças comportamentais promovidas pela revisão dos valores éticos da sociedade como um todo impõem às

empresas, independentemente de seu porte e de suas características, sua parcela de responsabilidade com o meio interno e externo onde interagem. Essa responsabilidade transcende os aspectos econômico-financeiros. Rodrigues e Marinho (2006, p. 3) ressaltam que, "atualmente, não é suficiente gerir as organizações, mas também é necessária a execução de uma gestão em comunhão com o bem-estar social, endógeno e exógeno, isto é, no âmbito organizacional e nas suas relações externas".

As atenções estão voltadas às atitudes ética e responsável das organizações perante a sociedade, ao meio ambiente e a seus colaboradores, estes vistos como recursos humanos. Tais atenções não são recentes. Pode-se citar, como exemplo, a atitude da própria CVM, que, ainda em 1987, destacou sua preocupação com os aspectos sociais e ambientais inerentes às atividades das empresas, quando promulgou seu Parecer de Orientação n. 15/87.

As empresas preocupadas em demonstrar à sociedade informações ambientais e sociais, quantitativas e qualitativas, inerentes ao seu negócio, podem fazê-lo por meio do Relatório da Administração (RA), Notas Explicativas (NE), Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Além desses, existe o Balanço Social (BS) e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que são demonstrativos contábeis adicionais e específicos para evidenciar tais informações.

Goulart (2003, p. 59) adverte que "não devem as empresas restringir-se, em sua divulgação, apenas às informações requeridas em lei, transmitindo também informações que, mesmo não sendo compulsórias, colaboram para que o público constitua uma visão correta sobre a realidade empresarial".

A Lei ampara o direito e, simultaneamente, o dever da sociedade de cobrar das empresas a responsabilidade para com seu público interno e externo. É o que está disposto no art. 225 da Constituição Federal de 1988: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Brasil, 1988).

Soares *et al.* (2006) realizaram uma pesquisa nas 24 maiores empresas siderúrgicas brasileiras de capital aberto, visando analisar a relação funcional entre a conduta ambiental e a performance econômica por meio da evidenciação contábil, nos relatórios da administração e informações anuais, no período de 2000 a 2004. A análise das companhias possibilitou verificar que estas passaram a adotar conduta ambiental responsável, em vista do aumento da evidenciação ambiental ano a ano. A evidenciação ambiental quantitativa e qualitativa permitiu constatar que o monitoramento de emissões atmosféricas concentrou o maior número de empresas ao longo dos cinco exercícios sociais, chegando a 100% de participação das empresas em 2004, seguido pelo tratamento de efluentes líquidos, com adesão de 60 a 75% das siderúrgicas analisadas.

Campbell (2004) examinou os relatórios anuais de 10 companhias de cinco setores considerados altamente poluidores do Reino Unido no período de 1974 a 2000. Os resultados

apontaram uma elevação na evidenciação ambiental no final dos anos 80 e início dos anos 90 até 2000, permitindo concluir que uma possível causa para essa diferença no volume de evidenciação decorre da necessidade de legitimidade social.

Lima e Viegas (2002, p. 47) ressaltam que "não se trata da empresa ser, ou não, ecologicamente correta. A preocupação com a questão ambiental é ética e econômica. Dela depende a permanência da empresa no mercado". Assim, quanto mais a empresa demonstrar que, aliada aos resultados econômicos, existe a preocupação com a preservação do meio ambiente e a responsabilidade com a comunidade geral, estará, simultaneamente, preservando sua permanência e legitimidade na sociedade em que se insere.

GESTÃO DE EMPRESAS FAMILIARES

Empresa familiar, na concepção de Floriani (2006, p. 45), é "a extensão de uma grande família a partir do núcleo encabeçado pelo empreendedor-fundador e, a partir deste, pelos seus herdeiros e sucessores que irão dar continuidade a um sonho por ele concretizado". Moreira Júnior (1999, p. 73) define empresa familiar como "uma organização em que tanto a gestão administrativa quanto a propriedade são controladas, na sua maior parte, por uma ou mais famílias, e dois ou mais membros da família participam da força de trabalho, principalmente os integrantes da diretoria".

Segundo Bornholdt (2005, p. 33), "a empresa familiar nasce de um projeto, de um sonho ou de um desafio de vida de uma pessoa ou grupo. Se ainda não passou, terá o processo transgeracional e sucessório pela frente".

Lethbridge (1997) classifica três tipos básicos de empresas familiares: (a) tradicional: é a empresa de capital fechado, com pouca transparência administrativa e financeira, onde a família exerce um domínio completo sobre os negócios; (b) híbrida: esta possui capital aberto, mas a família ainda detém o controle e revela maior transparência e participação na administração por profissionais ao grupo familiar; (c) de influência familiar: empresa em que a maioria das ações está em poder do mercado, mas a família, mesmo afastada da administração cotidiana, mantém uma influência estratégica por meio de participação acionária significativa.

O trabalho de Leone (2005) destaca três grandes vertentes conceituais internacionalmente aceitas sobre empresas familiares: (i) no nível da propriedade, o controle da empresa se encontra nas mãos de uma família (que detém ou controla a maioria do capital), controle da família; (ii) no nível da gestão, os lugares de topo da empresa são ocupados pelos membros da família, com o gerenciamento por ela influenciado; e (iii) no nível da sucessão, a segunda geração familiar assume os lugares deixados pelos parentes e, assim, sucessivamente.

Pelo exposto, não se verifica uma definição única e conclusiva sobre empresa familiar. Percebe-se, no entanto, consenso entre os pesquisadores sobre os aspectos de controle e origem da empresa familiar. Esses analistas destacam que o controle precisa

estar predominantemente mantido pelos membros familiares. Além disso, para ser caracterizada como familiar, é necessário haver uma sucessão. Para este estudo, considera-se empresa familiar aquela que tem origem e continuidade de um projeto idealizado por uma ou mais famílias que detêm o controle acionário e a propriedade do negócio ao longo de sua história, mesmo que a gestão da empresa não esteja sob o comando de seu fundador ou sucessor familiar, mas de uma administração contratada.

Tradicionalmente, o fundador da empresa familiar é o precursor da gestão da organização. Ao gerenciar a empresa, idealiza a perpetuação desta por mais de uma geração. Logo, precisa geri-la de modo que assegure o futuro financeiro e social da família, assim como a continuidade da empresa ao longo do tempo. Quanto à continuidade da empresa familiar, Oro (2006, p. 30) destaca que "requer cautela e discernimento principalmente em decisões que envolvem o futuro da família. Gerenciar uma empresa familiar torna-se complexo pela dificuldade de conciliar decisões que permitam garantir a sustentabilidade da organização e da família".

Bornholdt (2005, p. 19) adverte que "o governo da empresa familiar possui peculiaridades que vão além da administração de sistemas 'família', 'sociedade', 'empresa' e todas as suas inter-relações nos campos financeiros, jurídicos e afetivos. Geralmente esses sistemas se fundem, se sobrepõem e são interdependentes".

Mosimann e Fisch (1999, p. 25) ressaltam que "as crenças, as convicções e o nível de saber ditam os padrões individuais de comportamento que, por sua vez, influenciam os padrões de comportamento dos grupos e são por estes influenciados". Bornholdt (2005, p. 20) enfatiza que "os laços familiares estão aglutinados em torno de uma espiritualidade de crença e valores, fruto da cultura familiar. Essa cultura familiar desenvolve-se numa cultura organizacional".

As pessoas que passam a fazer parte de uma empresa e nela permanecem, normalmente, são influenciadas pela cultura e pelo estilo de gestão que ali está estabelecido, muitas vezes, de maneira intrínseca. Pereira e Fonseca (1997, p. 124) sublinham que conhecer e compreender a cultura da organização é um fator-chave para o sucesso administrativo: "administrar contra a cultura é nadar contra a corrente". Os autores destacam que, frequentemente, este fato ocorre quando empresas familiares se deparam com a necessidade de introduzir em sua estrutura administrativa profissionais alheios ao grupo familiar, ainda mais quando esses profissionais desconhecem a realidade da cultura da organização.

Assim, a gestão das empresas familiares não precisa estar necessariamente sob a responsabilidade de um dos membros da família. Ela pode ser administrada por uma pessoa ou grupo de pessoas alheias ao grupo familiar. Esta é denominada administração profissional, que Grzybovski (2000, p. 26) caracteriza como "[...] a atuação de executivos profissionais". Tal tipo de empresa também pode utilizar outras fontes de recursos, que não sejam de seus fundadores: pode captá-los no mercado de capitais, tornando-se companhia

de capital aberto, à medida que ingressam novos sócios por meio da Bolsa de Valores.

Contudo, Lethbridge (1997, p. 10) destaca que "o desejo de manter as coisas 'em família' e o medo de perder o controle – num comportamento que confunde os conceitos de controle familiar e gestão familiar – inibem a abertura administrativa de grande parte das empresas familiares tradicionais". Lodi (1999, p. 78) entende que "os proprietários-gestores relutam em profissionalizar e delegar devido à falta de treinamento formal de seus executivos, ao medo de perder o controle ou à crença de que a profissionalização é uma despesa desnecessária".

Petry (2005) fez um estudo com 71 empresas familiares situadas no Estado do Rio Grande do Sul, especificamente na grande Porte Alegre, Vale do Rio dos Sinos e Vale do Taquari. Os dados revelaram que, em 86% das empresas familiares de 1ª geração, a gestão é familiar; nas empresas de 2ª geração, 89%; nas de 3ª geração, 82%; e nas empresas de 4ª geração, 100% delas têm gestão familiar. Isso mostra a alta concentração familiar na gestão das empresas familiares do estudo, independentemente de seu porte.

Em relação à forma de administração das empresas familiares, Drucker (1995, p. 25) afirma que, "a empresa familiar requer regras próprias e muito diferentes que precisam ser estritamente observadas; caso contrário ela não conseguirá sobreviver e tampouco prosperar". De acordo com Pereira e Fonseca (1997, p. 61), "a partir do momento em que há um desequilíbrio nas relações de poder, a família se desestabiliza. Atualmente, o modelo familiar tradicional está se alterando rapidamente e as famílias estão perdendo seus referenciais de decisão, o que lhes causa imensa perplexidade e confusão".

Depreende-se do exposto que a gestão da empresa familiar tem suas peculiaridades, as quais precisam ser consideradas para o equilíbrio de seus participantes e para garantir a sua continuidade. Além disso, ela precisa estar comprometida com a sobrevivência dos negócios como qualquer outra organização, considerando sua missão, seus objetivos e compromissos com o meio econômico e social, independentemente de a gestão ser de uma família ou de um grupo familiar, ou de executivos profissionais contratados para tal fim, ou, ainda, independentemente de ser uma companhia com capital fechado ou aberto.

MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa apresenta características descritivas, devido à estratégia adotada para descrever os dados coletados nos Relatórios da Administração das empresas que constituem seu objeto de estudo. Barros e Lehfeld (2000, p. 70) destacam que a pesquisa descritiva "procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos".

A população desta investigação compreende as 21 empresas familiares de capital aberto classificadas na *Revista Exame – Melhores e Maiores – 500 maiores empresas do Brasil*, edição 2006, ano-base 2005. A amostra selecionada desta população compreende 16 empresas familiares. Delimitou-se que a pesquisa

fosse realizada no período de 1997 a 2006. Em vista disso, houve necessidade de excluir cinco empresas da população, pelo fato de elas terem iniciado a divulgação externa de suas demonstrações contábeis somente a partir de 2003.

No Quadro 1, apresentam-se as 16 empresas familiares de capital aberto pesquisadas.

As empresas familiares que constituem o objeto deste estudo foram selecionadas a partir de uma determinada população, caracterizando-se, desta forma, uma amostragem intencional. Lakatos e Marconi (2005, p. 165) definem amostra como "uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo". Richardson (1989, p. 103) destaca que, "se todos os elementos de uma população fossem idênticos, não haveria necessidade de selecionar uma amostra; bastaria estudar somente um deles para conhecer as características de toda a população".

No que concerne à etapa da coleta de dados, Lakatos e Marconi (2005, p. 167) destacam que "se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos". Assim, os Relatórios da Administração, necessários à coleta dos dados, foram selecionados no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2007) (www.cvm.gov.br) e no sítio da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa, 2007) (www.bovespa.com.br).

Este trabalho se caracteriza como um estudo longitudinal, porque o período de análise compreende 10 anos, com início em 1997 e fim no ano de 2006, inclusive. Considerou-se um período de 10 anos, com o intuito de averiguar se houve mudanças na evidenciação das informações sociais e ambientais quando realizada alteração na gestão das empresas. Hair Júnior *et al.* (2005, p. 88) explicam que estudos longitudinais exigem que "os dados sejam coletados das mesmas unidades de amostra em diversos pontos no tempo. Os dados representam uma série temporal de observações. Os dados longitudinais permitem mapear elementos administrativos de modo que se possam observar as tendências".

Os dados necessários ao estudo foram obtidos pela análise documental e o respectivo conteúdo dos Relatórios da Administração das empresas familiares. Martins (2002, p. 55) destaca que "nesta fase o investigador irá classificar os dados, dando-lhes ordem e colocando-os nas diversas categorias, segundo critérios que facilitem a análise e interpretação em face dos objetivos da pesquisa".

No Quadro 2, apresentam-se as informações relacionadas aos recursos humanos e proteção do meio ambiente recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Quadro 1 – Empresas familiares participantes da pesquisa.

Chart 1 – Family businesses participating in the survey.

Empresas familiares pesquisadas	
Avipal S/A Avicultura e Agropecuária	Marcopolo S/A
Dimed S/A Distribuidora de Medicamentos	Randon S/A Implementos e Participações
Eucatex S/A Indústria e Comércio	Sadia S/A
Gerdau S/A	Suzano Papel e Celulose S/A
Indústrias Romi S/A	TAM S/A
Cia. Brasileira Petróleo Ipiranga	Votorantim Celulose e Papel S/A
Itautec S/A – Grupo Itautec	Vicunha Têxtil S/A
Klabin S/A	Weg S/A

Fonte: dados da pesquisa.

Quadro 2 – Informações recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87.

Chart 2 – Information recommended by the Guidance Directive no. 15/87.

Parecer de Orientação n. 15/87, alíneas "c" e "g"	Informações recomendadas para evidenciação no Relatório da Administração
Recursos Humanos	Número de empregados no término dos dois últimos exercícios
	Turnover nos dois últimos anos
	Segmentação da mão de obra segundo a localização geográfica
	Nível educacional ou produto
	Investimento em treinamento
	Fundos de seguridade
Proteção do Meio Ambiente	Outros planos sociais
	Descrição e objetivo dos investimentos efetuados
	Montante aplicado

Fonte: sítio Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações coletadas nos relatórios da administração das empresas, no período de 1997 a 2006, foram classificadas e ordenadas de acordo com as categorias demonstradas no Quadro 3, necessárias à posterior análise quantitativa.

Com os dados coletados, faz-se necessário criar hierarquias de valores às categorias do Quadro 3. Ao criar hierarquias, concretiza-se uma ordenação e se atribuem valores de maior ou menor importância aos componentes de um sistema. Este procedimento pode significar uma avaliação. Oferecer como opção de resposta, em questionários de avaliação de desempenho, itens como ótimo, muito bom, bom, entre outras alternativas, é um ato bastante frequente, que obedece a uma escala subjetiva, cuja pontuação final é difícil de apontar, a menos que se use a maneira estatística, indicando a alternativa com maior número de escolhas pelos respondentes.

Em vista disso, neste estudo, foi utilizada uma matriz hierárquica (H) de dimensão 4x4, em que os pesos associados aleatoriamente foram: 5 para a informação completa (IC); 3 para a informação genérica (IG); 3 para informação incompleta (II) e 1 para a informação ausente. A matriz ficou assim composta.

$$H = \begin{bmatrix} 1 & 3 & 3 & 5 \\ 1/3 & 1 & 1 & 3 \\ 1/3 & 1 & 1 & 3 \\ 1/5 & 1/3 & 1/3 & 1 \end{bmatrix}$$

Portanto, quanto à abordagem do problema, este estudo apresenta análise quali-quantitativa. A análise qualitativa ocorreu em dois momentos. No primeiro, quando feita a análise do conteúdo dos Relatórios da Administração, a fim de verificar as informações evidenciadas sobre recursos humanos e proteção do meio ambiente. No segundo, após a análise quantitativa dos dados, quando investigaram possíveis motivações para alterações nas categorias de evidenciação ao longo do período analisado.

Richardson (1989, p. 38) destaca que a abordagem qualitativa "difere, em princípio do quantitativo à medida que não

emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas". A abordagem quantitativa, segundo Richardson (1989, p. 29), "caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas desde as mais simples, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc".

Uma das limitações desta pesquisa é que o estudo se fundamentou somente nos Relatórios da Administração das empresas familiares. Este não é o único meio de divulgação de aspectos ambientais, sociais e humanos. Há outros relatórios que podem evidenciar essas informações, como o Balanço Social, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, as Informações Anuais relativas a Problemas Ambientais. Outra limitação é que os resultados não podem ser generalizados e estendidos às demais empresas que não foram investigadas, uma vez que o foco de análise desta pesquisa consistiu das empresas familiares de capital aberto.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na análise do conteúdo do Relatório da Administração das 16 empresas familiares, buscou-se identificar nove diferentes informações evidenciadas referentes aos recursos humanos e à proteção do meio ambiente, conforme apresentadas no Quadro 2. Assim, ao final da análise de dez anos, cada empresa somou 90 pontos, distribuídos entre as categorias IC, II, IG e IA constantes do Quadro 3.

Os valores constantes em cada categoria da Tabela 1 correspondem à quantidade de informações equivalentes a cada categoria de informação encontrada nos Relatórios da Administração das empresas.

Para calcular a nota parcial, multiplicou-se a quantidade de informações de cada categoria pelo seu valor hierárquico. Na empresa Eucatex, por exemplo, não se verificaram informações completas (IC) relacionadas aos recursos humanos e proteção ao meio ambiente. Informações incompletas (II) apareceram 10 vezes; informações genéricas (IG), 20 vezes; e informações ausentes (IA), 60 vezes. Multiplicando-se essas quantidades pelos seus valores hierárquicos, obtém-se o total

Quadro 3 – Categorias da qualidade das informações.

Chart 3 – Categories of information quality.

Categorias	Posição	Significado
IC	Informação Completa	A informação prevista encontra-se presente e completa no relatório da administração.
II	Informação Incompleta	A informação prevista encontra-se no relatório da administração, porém, de maneira incompleta, deficitária.
IG	Informação Genérica	A informação prevista encontra-se no relatório da administração, porém, de maneira geral, não específica.
IA	Informação Ausente	A informação prevista não se encontra no relatório da administração.

Tabela 1 – Pontuação geral das empresas familiares.**Table 1** – Overall score of family businesses.

EMPRESAS FAMILIARES	IC	II	IG	IA	Nota parcial	Nota final
Eucatex S/A Indústria e Comércio	0	10	20	60	150	1,67
Vicunha Têxtil S/A	11	4	12	63	166	2,11
Dimed S/A Distr. de Medicamentos	10	9	12	59	172	2,28
Avipal S/A Avicultura e Agropecuária	10	10	13	57	176	2,39
Indústrias Romi S/A	12	12	7	59	176	2,39
Itautec S/A – Grupo Itautec	9	17	10	54	180	2,50
Votorantim Celulose e Papel S/A	20	5	2	63	184	2,61
Klabin S/A	14	13	7	56	186	2,67
Sadia S/A	20	6	4	60	190	2,78
TAM S/A	25	2	2	61	198	3,00
Suzano Papel e Celulose S/A	21	3	12	54	204	3,17
Randon S/A Implem. e Participações	21	13	11	45	222	3,67
Gerdau S/A	33	9	1	47	242	4,22
Marcopolo S/A	42	2	6	40	274	5,11
Weg S/A	50	0	1	39	292	5,61
Cia. Brasileira Petróleo Ipiranga	56	0	2	32	318	6,33

geral de pontos, como segue: $\{(10 \times 3 = 30) + (20 \times 3 = 60) + (60 \times 1 = 60) = 150\}$.

As notas finais foram obtidas da ponderação entre a soma do máximo e do mínimo de pontuação que todas as empresas poderiam fazer, e a média entre a maior e a menor nota parcial obtida individualmente pelas empresas, sendo 0 a nota mínima e 10 a nota máxima. A empresa Eucatex, citada no caso anterior, obteve a menor nota final em relação à melhor colocada, que é a empresa Ipiranga.

Conforme exposto na Tabela 1, poucas empresas atingiram uma nota acima de 5 (cinco), o que é pouco relevante, se considerado que a nota máxima é 10 (dez). Somente três empresas superaram a nota 5: Marcopolo, Weg e Ipiranga. Apesar de as três empresas estarem entre as que mais pontuaram na nota final, constata-se um número elevado de informações ausentes (IA) em seus Relatórios da Administração. Verifica-se um equilíbrio entre as informações completas (IC) e as informações ausentes (IA). Em outras palavras, ou a empresa evidencia a informação requerida pelo Parecer de Orientação de maneira completa (IC), ou, então, não evidencia, caracterizando-se como informação ausente (IA).

No Relatório da Administração das demais onze empresas que ficaram com a nota entre 1,67 (a menor nota final) e 4,22 (a maior nota antes da média 5), verifica-se uma distribuição entre as categorias de informações, com o predomínio das informações ausentes (IA).

Observa-se, nas empresas que obtiveram nota final entre 1,67 e 3,00, que as informações ausentes (IA) e completas (IC)

se apresentam de forma inversamente proporcional. Quanto mais evidenciam informações ausentes (IA), menos evidenciam informações completas (IC) e, como estas valem mais que aquelas, a nota final tende a ser menor.

Vale destacar que as informações 'turnover nos dois últimos anos', 'segmentação da mão de obra segundo a localização geográfica' e 'nível educacional ou produto' não foram encontradas em 99% dos relatórios da administração das empresas familiares. A exceção está somente na empresa Marcopolo, que passou a evidenciar informações completas (IC) sobre 'turnover nos dois últimos anos' a partir do ano de 2000.

Essa ausência de informações influenciou significativamente nos resultados da pesquisa, visto que as três informações juntas, no decorrer do período analisado, representam 30 pontos, ou seja, 33,33% dos 90 pontos de cada empresa.

Constatou-se, também, que a mudança de uma categoria de informação para outra categoria normalmente está atrelada a um evento interno da empresa, conforme foi possível examinar pela análise documental. Algumas empresas destacaram-se nesse sentido, por exemplo, as empresas Ipiranga e TAM. A empresa Ipiranga passou de informação ausente (IA) para informação completa (IC) no item 'número de empregados no término dos dois últimos exercícios' a partir de 1999, ano em que obteve as certificações ISO 9002 e 14001. A empresa TAM passou a evidenciar esta informação completa (IC) a partir de 2001, quando passou ao comando da empresa para a 2ª geração familiar.

A empresa TAM foi administrada pela 1ª geração até 2001, quando foi assumida pela 2ª geração da família. A partir

de 2003, a administração foi composta pela 2ª geração e gestão profissionalizada. Conforme visto em Leone (2005), na revisão de literatura, a 3ª vertente de empresa familiar está no nível da sucessão, em que a segunda geração familiar assume os lugares deixados vagos pelos parentes e assim sucessivamente, até profissionais contratados chegarem ao topo da administração da empresa. É neste momento de transição de gerações e da profissionalização da administração que a empresa TAM apresentou um salto qualitativo na evidência das informações sociais e ambientais em seus RA.

Em relação à informação 'investimentos em treinamentos', destaca-se a empresa Gerdau, que, a partir de 1999, começou a negociar suas ações na NYSE, quando passou a apresentar informações completas (IC). Por outro lado, a empresa VCP evidenciava informações completas (IC) até 1999, e, a partir do ano de 2000, passou para informações ausentes (IA). Talvez isso possa estar associado ao fato de, no ano de 1999, ter obtido o registro junto à CVM e, nos anos seguintes, ter se descuidado da necessidade de evidenciar essas informações ao público.

Igualmente se destaca a mudança de categoria das informações relativas aos 'fundos de seguridade' e 'outros planos sociais'. Nessas categorias, a empresa Gerdau melhorou sua evidência, em ambas as informações, a partir do ano de 1999, quando iniciou a negociação de suas ações na NYSE. Passou de informação ausente (IA) para informação completa (IC). A empresa Sadia alterou sua categoria de informação relativa aos 'fundos de seguridade', de informação completa (IC) para informação ausente (IA), a partir do ano de 2001, quando ingressou no Nível 1 da Bovespa. Esta postura sugere que a empresa Sadia, depois de ter conquistado a adesão a um nível de governança corporativa da Bovespa, tenha se preocupado menos com a transparência, deixando de prestar a informação em seu Relatório da Administração. As demais empresas familiares apresentaram alterações na sua evidência de um ano para outro, considerando o período de 1997 a 2006, porém não se mantiveram constantes como os exemplos citados.

Fazendo uma análise geral dos dados coletados no Relatório da Administração referente aos anos de 1997 a 2006 das 16 empresas, verificou-se que, entre os anos de 1999 e 2001, ocorreram mais alterações nas categorias de evidência das informações pesquisadas, e a maioria delas se manteve constante nos anos seguintes. Na análise geral, as alterações nas categorias de todas as informações pesquisadas aconteceram entre os anos de 1997 a 2002. A partir daí, poucas alterações foram verificadas.

Como as empresas familiares de capital aberto pesquisadas negociam suas ações na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, talvez essas mudanças estejam atreladas ao fato de a Bovespa ter implantado, em dezembro de 2000, os níveis diferenciados de Governança Corporativa. Esses níveis foram desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, ao mesmo tempo,

o interesse dos investidores e a valorização das companhias (Bovespa, 2007) (www.bovespa.com.br). Para ingressar nos níveis diferenciados da Bovespa, é exigida maior transparência nos atos de gestão dos administradores das empresas, mas tal atitude precisa ser fiscalizada pelos órgãos competentes para assegurar sua continuidade.

Considerando que o Parecer de Orientação n. 15/87 recomenda melhorias na evidência, a serem observadas pelas empresas de capital aberto e pelos auditores independentes na elaboração e publicação das Demonstrações Contábeis, do Relatório da Administração e do Parecer de Auditoria, relativos aos exercícios sociais encerrados a partir de dezembro de 1987, a evidência das informações deveria ter melhorado gradualmente ao longo dos exercícios sociais seguintes. Entretanto, poucas alterações foram constatadas nas informações prestadas pelas empresas familiares de capital aberto pesquisadas, com vistas a sua adequação ao Parecer de Orientação n. 15/87.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou verificar se as empresas familiares de capital aberto evidenciaram nos Relatórios da Administração, no período de 1997 a 2006, as informações relacionadas aos recursos humanos e proteção do meio ambiente recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM.

Os resultados da pesquisa mostram que poucas empresas atingiram uma nota acima de 5, que é baixa, se comparada com a nota máxima 10, meta a ser atingida. Somente três empresas superaram a nota 5: Marcopolo, Weg e Ipiranga. Esta última registrou nota final de 6,33, a maior nota obtida dentro do grupo das 16 empresas familiares de capital aberto. A baixa pontuação está atrelada principalmente ao fato de a maioria das empresas não evidenciar diversas informações recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87, posto que algumas informações são totalmente desconsideradas pelas empresas, tanto as relacionadas aos recursos humanos quanto as de proteção do meio ambiente.

Verificou-se que todas as empresas familiares alteraram a evidência das informações pesquisadas no período analisado, implicando alterações nas categorias estabelecidas. Destaca-se o período de 1999 até 2001, exercícios em que as empresas familiares mais alteraram suas informações no Relatório da Administração. Porém, os anos de 1997 a 2002 foram aqueles em que mais ocorreram alterações na maioria das empresas; a partir daí, as categorias de informações se mantiveram constantes, com poucas mudanças na maioria das empresas familiares.

De modo geral, no período de dez anos, de 1997 a 2006, poucas alterações se constataram nas categorias de informações evidenciadas nos Relatórios da Administração das empresas familiares de capital aberto pesquisadas. Mesmo que o Parecer de Orientação n. 15/87 já tenha sido instituído há tantos anos, poucas empresas alteraram para melhor a

evidenciação das informações relativas aos recursos humanos e à proteção do meio ambiente, conforme recomenda o documento citado.

Considerando-se os resultados da pesquisa, a partir da análise do conteúdo dos Relatórios da Administração referentes ao período de 1997 a 2006, conclui-se que as 16 empresas familiares de capital aberto, participantes da pesquisa, não adaptaram a evidenciação das informações inerentes aos recursos humanos e à proteção do meio ambiente do Relatório da Administração, solicitadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM. No entanto, os resultados da pesquisa estão limitados ao delineamento da pesquisa, em decorrência das escolhas metodológicas realizadas, tanto no que diz respeito ao documento analisado como às empresas selecionadas.

Recomenda-se, para futuras pesquisas, que a amostra seja ampliada para empresas que não se caracterizem como familiares, a fim de realizar uma comparação com os resultados deste estudo. Também é interessante reaplicar a pesquisa, com o objetivo de investigar outras informações recomendadas pelo Parecer de Orientação n. 15/87 da CVM, além de verificar se o comportamento das empresas é semelhante, em termos de evidenciação no Relatório da Administração. Outra possibilidade de investigação é consultar a evidenciação dessas informações em outros relatórios contábeis, como notas explicativas às demonstrações contábeis, Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, W. de; SANTANA, A.C. de. 1992. Evidenciação. *Caderno de Estudos*, 5:1-40.
- BARROS, A.J. da S.; LEHFELD, N.A. de S. 2000. *Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica*. 2ª ed., São Paulo, Makron Books, 122 p.
- BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). 2007. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br>. Acesso em: 28/06/2007.
- BORNHOLDT, W. 2005. *Governança na empresa familiar: implementação e prática*. Porto Alegre, Bookman, 182 p.
- BRASIL. 1988. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>>. Acesso em: 07/02/2007.
- BRASIL. 1976. *Lei n. 6.404*, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em: 10/06/2007.
- CAMPBELL, D. 2004. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies – a research note. *The British Accounting Review*, 36:107-117. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleListURL&method=list&ArticleListID=578848089&sort=d&view=c&acct=C000049832&version=1&urlVersion=0&userid=984977&tmd5=87a5b9d6a1f627b9ded1918eaafdbf32>. Acesso em: 07/04/2007.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. 1987. Parecer de Orientação n. 15, de 28 de dezembro de 1987. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 13/06/2007.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. 2007. *Consulta de documentos de companhias abertas*. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br>. Acesso em 13/06/2007.
- DALMÁCIO, F.Z.; PAULO, F.F.M. de. 2004. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, São Paulo, 2004. *Anais...* São Paulo, FEA/USP, 2004. CD-ROM.
- DANTAS, J.A.; ZENDERSKY, H.C.; NIYAMA, J.K. 2004. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: ENANPAD, 28, Curitiba, 2004. *Anais...* Rio de Janeiro, ANPAD, 2004. CD-ROM.
- DE LUCA, M.M.M. de. 1998. *Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo, Atlas, 104 p.
- DRUCKER, P.F. 1995. *Administrando em tempos de grandes mudanças*. São Paulo, Pioneira, 230 p.
- FERREIRA, A.C. de S. 2003. *Contabilidade ambiental*. São Paulo, Atlas, 138 p.
- FLORIANI, O.P. 2006. *Perpetuação das sociedades à luz do direito civil: um desafio familiar*. Curitiba, Juruá Editoras, 253 p.
- GOULART, A.M.C. 2003. *Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 201 p.
- GRZYBOVSKI, D. 2000. O redimensionamento das empresas familiares de Passo Fundo diante da complexidade do mercado global: algumas considerações. In: D. GRZYBOVSKI; J.C. TEDESCO (org.), *Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflito*. 2ª ed., Passo Fundo, Editora UPF, p. 17-62.
- HAIR JÚNIOR, J.F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMOUEL, P. 2005. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre, Bookman, 471 p.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. 2005. Fundamentos de metodologia científica. 6ª ed., São Paulo, Atlas, 315 p.
- LEONE, N.M. de C.P.G. 2005. Sucessão na empresa familiar: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado. São Paulo, Atlas, 161 p.
- LETHBRIDGE, E. 1997. Tendências da empresa familiar no mundo. *Revista BNDES*, 7. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev707.pdf>. Acesso em: 14/05/2007.
- LIMA, D.V. de; VIEGAS, W. 2002. Tratamento contábil e evidenciação das externalidades ecológicas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30:46-53.
- LODI, J.B. 1999. *Fusões e aquisições: sobrevivência e sucessão*. Rio de Janeiro, Campus, 238 p.
- MARTINS, G. de A. 2002. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3ª ed., São Paulo, Atlas, 134 p.
- MOREIRA JÚNIOR, A.L. 1999. *Programas de profissionalização e sucessão: um estudo em empresas familiares de pequeno porte de São Paulo*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 142 p.
- MOSIMANN, C.P.; FISCH, S. 1999. *Controladoria: seu papel na administração de empresas*. 2ª ed., São Paulo, Atlas, 137 p.
- ORO, I.M. 2006. *Avaliação da eficiência de empresas familiares brasileiras utilizando a análise envoltória de dados*. Blumenau, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional de Blumenau, 168 p.

- PEREIRA, M.J.L. de B.; FONSECA, J.G.M. 1997. *Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão*. São Paulo, Makron Books, 275 p.
- PETRY, L.I. 2005. *Um estudo sobre o modelo de gestão e o processo sucessório em empresas familiares*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 255 p.
- REVISTA EXAME. 2006. Melhores e Maiores – 500 maiores empresas do Brasil. São Paulo, ed. 33, jun. Edição Especial.
- RICHARDSON, R.J. 1989. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2ª ed., São Paulo, Atlas, 286 p.
- RODRIGUES, S.G.; MARINHO, C.E.V. 2006. Os princípios básicos da construção da gestão pró-iniciativas sociais ou humanização de líderes – a terceira via da gestão em setores produtivos. In: CONGRESSO NACIONAL EM EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 3, Niterói, 2006. *Anais...* Niterói, CNEG, 2006. CD-ROM.
- ROVER, S.; ALVES, J.L.; BORBA, J.A. 2005. A evidencição do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5, São Paulo, 2005. *Anais...* São Paulo, FEA/USP, 2005. CD-ROM.
- SILVA, C.A.T.; RODRIGUES, F.F.; ABREU, R.L. 2004. Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. In: EnANPAD, 28, Curitiba. 2004. *Anais...* Rio de Janeiro, ANPAD, 2004. CD-ROM.
- SOARES, F. de A.; ABREU, M.C.S. de; SAMPAIO, J. do C. 2006. A relação entre a evidencição ambiental e a performance econômica na indústria siderúrgica brasileira. In: EnANPAD, 30, Salvador, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro, ANPAD, 2006. CD-ROM.
- VIEIRA, M.T. 2006. *Evidencição de informações de responsabilidade social na maior empresa em cada segmento da economia brasileira*. Blumenau, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional de Blumenau, 136 p.

Submetido em: 07/12/2007

Aceito em: 24/09/2009

MARINES LUCIA BOFF

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
Universidade Regional de Blumenau – FURB
Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202, Bairro Victor Konder
89012-900, Blumenau, SC, Brasil.

ILSE MARIA BEUREN

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
Universidade Regional de Blumenau – FURB
Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202, Bairro Victor Konder
89012-900, Blumenau, SC, Brasil.

NELSON HEIN

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
Universidade Regional de Blumenau – FURB
Rua Antônio da Veiga, 140, Sala D 202, Bairro Victor Konder
89012-900, Blumenau, SC, Brasil.